COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.989, DE 2007

Altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quinta Região, com sede em Campinas - SP, e dá outras providências.

Autor: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Relator: Deputado NELSON MARQUEZELLI

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.989, de 2007, visa aumentar, para um total de cinquenta e cinco juízes, a composição do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quinta Região, com sede em Campinas – SP, além de estabelecer normas sobre sua organização interna.

Para tanto, cria 19 cargos de Juiz Togado Vitalício, a serem providos nos termos do art. 115 da Constituição Federal, obedecida a proporcionalidade estabelecida nos arts. 94 e 111.

São criados, ainda, quarenta e dois Cargos em Comissão CJ-3, destinados a Secretários de Turma e Assessores de Juiz, esses últimos com provimento restrito a bacharéis em direito, além de sessenta e oito cargos efetivos de Analista Judiciário e cento e trinta e cinco de Técnico Judiciário, todos pertencentes ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quinta Região.

No que concerne às normas de organização, a proposição determina que os cargos de Presidente, Vice-Presidente Administrativo, Vice-Presidente Judicial, Corregedor e Vice-Corregedor

Regional serão privativos dos Juízes Togados Vitalícios, eleitos na forma regimental.

Determina, ainda, que além do Tribunal Pleno, o Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quinta Região será dividido em Turmas e terá pelo menos uma Seção Especializada, cabendo ao regimento interno dispor sobre a composição, competência e funcionamento destes órgãos internos.

Estabelece, também, que apenas para uma Seção Especializada serão distribuídos os processos de Dissídio Coletivo de natureza econômica ou jurídica, caso seja criada mais de uma, e que o Presidente e o Vice-Presidente Judicial participarão dos julgamentos desses processos, os quais serão presididos pelo primeiro, quando presente.

Por fim, determina que os juízes das Seções Especializadas serão substituídos, nos casos previstos em lei e no regimento interno, por juízes vinculados às Turmas.

As despesas decorrentes da aplicação da lei, segundo o projeto, correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quinta Região.

Cabe, agora, à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, analisar o mérito da proposição com base no que dispõe o art. 32, inciso XVIII, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De acordo com a justificativa do projeto sob comento, a ampliação da estrutura, tanto judicial quanto administrativa, do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quinta Região, é uma necessidade, tanto que foi examinada e aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo Conselho Nacional de Justiça, nos termos da proposta ora analisada.

A ampliação do número de juízes e as modificações na estrutura e funcionamento daquela corte do trabalho, por si só, justificam a ampliação, de forma proporcional, do número de cargos em comissão à disposição dos juízes e Turmas, bem como dos cargos efetivos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário.

As demais alterações propostas, que não envolvem criação de cargos, tratam apenas da organização, funcionamento e composição dos órgãos internos do Tribunal, em nada afetando o total das despesas suportadas por seu orçamento.

Isto posto, e cientes do crescimento exponencial da demanda pela prestação jurisdicional, mormente na área trabalhista, nosso voto é pelo APROVAÇÃO, no mérito, do Projeto de Lei nº 1.989, de 2007.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado NELSON MARQUEZELLI
Relator